

O “agricultor progressista”: ciência e proteção à natureza em *A Lavoura* (1909-1930)¹

The "progressist farmer": science and nature protection in *A Lavoura* [The Farming] (1909-1930)

Vanessa Pereira da Silva e Mello²
Dominichi Miranda de Sá³

Resumo: O artigo examina a promoção da aplicação de conhecimentos científicos no campo e da conservação da natureza brasileira pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) entre 1909 e 1930. A pasta visava expandir a consciência da importância da modernização da agricultura e da diversificação da produção. Para efetivar a divulgação desses preceitos aos produtores agrícolas do país, o MAIC contou com a colaboração da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e distribuiu revistas, como *A Lavoura*, o estudo de caso privilegiado nesse texto. Analisamos como os articulistas da revista, sobretudo cientistas subordinados ao MAIC, compreendiam o mundo natural, seu aproveitamento econômico por meio da ciência, o tipo social a que dirigiam suas maiores críticas, o caboclo brasileiro, e as medidas propostas para gerenciar a destruição da natureza, sobretudo um código florestal federal.

Palavras-chave: Ministério da Agricultura; código florestal; caboclo; modernização da agricultura; ciência.

Abstract: The article examines the promotion and application of scientific principles at the countryside and the nature conservation in Brazil promoted by the Ministry of Agriculture, Industry and Commerce (MAIC) between 1909 and 1930. With this official propaganda, the Ministry intended to expand awareness about the importance of agricultural modernization and product diversification. To impact the communication with the farmers of the country, the MAIC in collaboration with the National Agriculture Society (SNA) distributed magazines such as *A Lavoura* [The Farming], the specific case of study in this text. The article analyzes how the magazine's writers, especially scientists subordinated to the MAIC, understood the natural world, the social type that they addressed their biggest criticisms - the so-called Brazilian *Caboclo* - and the measures proposed to manage the destruction of nature, especially a Federal Forest Code.

Keywords: Ministry of Agriculture; Forest Code; agricultural modernization; science; conservationism.

¹ Essa pesquisa foi realizada com o inestimável apoio da CAPES e da FAPERJ.

² Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz. vanessapereirasmello@gmail.com

³ Doutora em História, pesquisadora e professora do Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz. dominichi@fiocruz.br

Introdução

Esse artigo examina a promoção da aplicação da ciência na agricultura, da diversificação agrícola e da proteção à natureza pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) na Primeira República. A premissa vigente era a de que, por meio de uma agricultura baseada em preceitos científicos, seria possível uma exploração racional dos recursos naturais do país e mesmo a sua conservação.⁴

Uma das particularidades deste ministério, criado em 1906, mas implementado apenas em 1909, era a preocupação com a propaganda de suas atividades e de suas ideias-força. Para tanto, a pasta construiu uma verdadeira rede de informações, e contava, como braços de propagação dos seus projetos, com a Sociedade Nacional de Agricultura, o Registro de Lavradores, Criadores e Profissionais de Indústrias Conexas e o seu Serviço de Informações. Sua finalidade principal era divulgar temas referentes às práticas agrícolas e a todos os interessados, por meio, sobretudo, da distribuição gratuita de revistas, livros e folhetos. A principal revista subvencionada e utilizada pelo ministério para a veiculação de seu projeto de modernização do campo⁵ era o boletim oficial da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), denominado *A Lavoura*⁶, o estudo de caso privilegiado nesse texto. Os colaboradores deste periódico, sobretudo cientistas subordinados ao MAIC, defendiam que o atraso da lavoura nacional seria superado através da diversificação agrícola, da disseminação de conhecimentos científicos no campo e do uso de máquinas, como arados, charruas e tratores. Além disso, sustentavam a necessidade tanto da difusão do ensino agrícola, para converter o caboclo em “agricultor progressista”, quanto da proteção à natureza por meio da criação de hortos florestais e de

⁴ Destacamos que os termos “uso racional”, “proteção” e “conservação” dos recursos naturais serão utilizados como “sinônimos” neste trabalho. Isto porque são tomados como “categorias nativas” - eram expressões utilizadas na documentação analisada pelos próprios cientistas que estarão sob exame neste texto.

⁵ A rigor, o MAIC só editava diretamente um periódico, chamado *Boletim do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio*, e justamente ele não será analisado neste texto. Isso porque o *Boletim* do MAIC, a despeito de constituir o órgão de propaganda oficial do ministério, não possuía uma linha editorial definida. Além disso, a maior parte dos artigos publicados tinha caráter técnico e seus textos divulgavam, sobretudo, notícias de decretos e sinopses dos trabalhos efetuados pelas seções do próprio ministério. Assim, consideramos que o *Boletim* mais se parece com os relatórios do MAIC do que com as revistas por ele subvencionadas. Sua edição, no entanto, só corrobora a ênfase dada pela pasta, como política sistemática, à divulgação de suas atividades e projetos.

⁶ A coleção completa da revista *A Lavoura* encontra-se disponível na biblioteca da Sociedade Nacional de Agricultura, na Penha, Rio de Janeiro. Além disso, na Biblioteca Nacional também há algumas edições do periódico para consulta.

um código florestal.

Além de *A Lavoura*, os relatórios do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio⁷, no período que engloba os anos entre 1909 e 1930, também são utilizados como fontes nesse texto. Neles eram relatadas as ações da pasta para a propaganda que promovia sobre o uso dos recursos naturais e de seu conhecimento para manejo adequado.

O recorte temporal estabelecido neste artigo compreende os anos entre 1909 e 1930, e seus critérios são políticos uma vez que lidamos com um departamento estatal. Neste período, foi implantado o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, que passou a subvencionar a revista *A Lavoura*. A escolha de 1930 como data limite para a análise deve-se à mudança do regime, com o governo provisório e posterior consolidação do regime varguista. A pasta passou por séries de mudanças organizacionais e orçamentárias que alteraram o escopo de suas ações.

O artigo está dividido em três partes. Na primeira, examinamos as razões por meio das quais a defesa da ciência no campo ganhou espaço no Estado brasileiro por meio da criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Na segunda parte, analisamos o periódico *A Lavoura* e sua constituição como instrumento de propagação dos ideais do MAIC, sobretudo de sua defesa da modernização da agricultura para a conversão do caboclo. A última parte do artigo está dedicada a discutir os projetos conservacionistas do MAIC veiculados pelos cientistas a ele subordinados e por meio de *A Lavoura*.

O artigo procura dialogar e contribuir com a historiografia ambiental brasileira e sua linha de investigação sobre a existência de tradições intelectuais conservacionistas no país. José Augusto Pádua a qualificou como ‘crítica ambiental’ e as associou a grandes narrativas e projetos nacionais, como, por exemplo, a defesa do fim da escravidão⁸. A seguir essa historiografia, a tradição conservacionista brasileira é longa, antropocêntrica, cientificista e tem fortes relações com a produção agrícola nacional, inclusive por meio da sua presença na burocracia do Estado. Essa chave de interpretação tem permitido a revisão da história colonial como leitura obrigatória da economia da pilhagem pelos portugueses⁹, assim como a problematização de enquadramentos conceituais binários que, nos períodos imperial e da República, localiza o Brasil exclusivamente nos

⁷ Os relatórios da pasta da agricultura podem ser encontrados para consulta no seguinte endereço eletrônico: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/agricultura>

⁸ PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

⁹ CABRAL, Diogo Cabral. *Na Presença da Floresta: Mata Atlântica e História Colonial*. Rio de Janeiro: Garamond/FAPERJ, 2014.

pólos da periferia, do subdesenvolvimento e do atraso da degradação ambiental global¹⁰. É evidente que não se objetiva descurar da história de violência e depredação de populações e recursos naturais no Brasil, menos ainda de postular a precocidade de certa militância ambientalista, com super-dimensionamento de suas faculdades de ação. Trata-se da identificação de capacidade local de reflexão crítica, com possíveis implicações políticas e reflexões sobre a contemporaneidade. Esse artigo procura se beneficiar desta leitura processual do conservacionismo de modo a localizá-lo em movimento, em vias de negociação para sua presença no âmbito do Estado, tido como um ente não monolítico ou coeso¹¹. No caso vertente, projetos, correntes e políticas diferenciadas, e mesmo contraditórias, de aproveitamento econômico do mundo natural conviveram no corpo estatal e numa única pasta ministerial. Pretendemos esclarecer seus agrupamentos, sobretudo com cientistas, e seus interesses específicos, de modo a identificar corrente conservacionista, ciência e Estado em suas alianças transientes e dinâmicas histórico-institucionais específicas. Por meio de interesses diferenciados, um projeto comum, reunido por afinidades eletivas, encontrou via de promoção: o uso racional da natureza.

O MAIC e a difusão da ciência no campo

Em fins do século XIX, nos primeiros anos do novo regime político, mais exatamente no período entre os anos de 1890 e 1910, a economia agrária do país começou a apresentar sintomas de desequilíbrio interno, provocado pela crise internacional dos preços dos produtos agrícolas. Esta instabilidade, por sua vez, gerou a exclusão de vários produtos que o Brasil exportava, à exceção do café, do mercado mundial. Desse modo, os interesses dos proprietários de terra se fracionaram e estes passaram a disputar entre si uma maior participação no mercado interno que funcionou como uma “válvula de escape” desta crise¹². Essa competição levou proprietários rurais, vinculados a setores econômicos regionais menos ativos, a vocalizar um discurso comum que valorizava a vocação agrícola do país através da diversificação da agricultura. O objetivo era disputar espaço

¹⁰ CRIBELLI, Teresa. *Industrial Forests and Mechanical Marvels: Modernization in Nineteenth-Century Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

¹¹ Tal como sugerido por MAIA, João Marcelo Ehlert. As ideias que fazem o Estado andar: Imaginação Espacial, pensamento brasileiro e território no Brasil Central. *Dados* (Rio de Janeiro. Impresso), v. 53, p. 621-655, 2010.

¹² MENDONÇA. Sônia Regina de. As políticas agrícolas do Estado brasileiro na Primeira República. In: I Encontro Nacional de Economia Clássica e Política, Niterói, *Cadernos de Resumos*, p.14-20, 1996, p.14.

com cafeicultores que defendiam a mesma orientação da economia nacional, mas em chave interpretativa completamente oposta: a monocultura¹³.

Esse movimento foi objeto de estudo anterior sobre a história da economia agrária brasileira. Sônia Regina de Mendonça o qualificou como *ruralismo*, uma visão de mundo e um movimento político que era levado a cabo por agentes inseridos na estrutura social agrária. Além da defesa da vocação eminentemente agrícola do país, este movimento possuía três postulados principais: reivindicação da extensão dos benefícios da ciência e da técnica no campo, a necessidade de diversificação agrícola no país, e a constituição de uma nova civilização agrícola. Para a autora, uma das mais claras evidências deste processo foi a proliferação de “associações de classe” por todo Brasil, a partir de 1870, como as sociedades agrícolas, por exemplo. Estas agremiações, segundo ela, surgiram em face do iminente fim da escravidão e “a primeira modalidade de institucionalização autônoma dos interesses agrários foi a Sociedade Nacional de Agricultura” (SNA)¹⁴.

A SNA é uma associação criada em 1897, por proprietários rurais oriundos de diversos estados brasileiros. Na ocasião de sua fundação, era uma entidade organizadora de grupos da classe proprietária de terras “secundárias”, que estavam ligados às atividades agrárias voltadas para o mercado interno.¹⁵ O elemento unificador destes indivíduos era o fato de não se vincularem ao setor cafeeiro. Prova disso, é que nenhum “porta-voz” dos cafeicultores paulistas ocupou cargo importante nas diretorias da associação e havia participação efetiva de nordestinos, fluminenses gaúchos e catarinenses¹⁶.

A ação da associação, segundo Mendonça, se organizou em torno de cinco demandas centrais que seriam fundamentais para a reabilitação da lavoura nacional: a diversificação produtiva, o associativismo, a criação de um órgão dentro do Estado que pudesse representar seus interesses, a difusão da pequena propriedade e a modernização agrícola, através da utilização do ensino técnico e da mecanização¹⁷. Destacamos que, para a autora, a diversificação da agricultura era “a síntese de todos os objetivos a serem atingidos”¹⁸. Isto porque os integrantes da associação acreditavam

¹³ MENDONÇA, Sonia Regina de. Mundo rural, intelectuais e organização da cultura no Brasil: o caso da Sociedade Nacional de Agricultura. *Mundo Agrario- Revista de estudios rurales*. La Plata - Argentina, v. 1, n. 1-2, p. 2000.

¹⁴ Idem. p. 4.

¹⁵ MENDONÇA, Sônia Regina de. *O Ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997, p. 41.

¹⁶ Idem, p. 47-48.

¹⁷ Ibidem, p. 50.

¹⁸ Ibid, p. 49.

que o atraso da agricultura estaria ligado à monocultura. Nesse sentido, a diversificação dos produtos cultivados seria a solução para os problemas do setor agrário.

A partir da atuação da associação multiplicaram-se o número de sociedades e instituições agrícolas no país. O quadro dos sócios da SNA passou dos 47 fundadores, em 1897, para 5.200, em 1908. Desse modo, a SNA tornou-se “uma agência de propaganda e formação de opinião no seio da classe dominante, órgão de consulta e prestação de serviços aos associados, além de instrumento de pressão política junto aos poderes constituídos”¹⁹.

Segundo o primeiro estatuto da SNA, a associação teria como objetivo principal trazer o progresso ao setor agrário²⁰ e seria

uma agremiação de lavradores e de amigos da lavoura, a qual tem por fim empenhar coletivos e individuais esforços em bem da agricultura nacional, ocupando-se de todos os assuntos que possam trazer o progresso agrícola da República dos Estados Unidos do Brasil, entendendo-se por aí, tudo o que possa se referir às águas e florestas, aos assuntos agrários, a cultura do solo, a criação e as indústrias rurais.²¹

Ainda segundo este mesmo regulamento, a associação ajudaria a promover o adiantamento agrônômico do Brasil através das reuniões da Diretoria; das reuniões desta com o Conselho Superior; da realização de conferências públicas; de visitas aos lavradores, criadores e estabelecimento de indústrias rurais ou escolares; de publicações na imprensa diária; da impressão de revistas, almanaques e livros didáticos; da realização de investigações científicas, técnicas, econômicas e estatísticas sobre assuntos do seu programa; da convocação de congressos agrícolas; do desenvolvimento de estudos especiais sobre cada assunto agrônômico; e consultoria aos melhores especialistas em qualquer ramo de agronomia no país e no estrangeiro. Além disso, a Diretoria da Sociedade buscaria obter poderes da União, dos governos estaduais e municipais, bem como de

¹⁹MENDONÇA, Sonia Regina de. Mundo rural, intelectuais e organização da cultura no Brasil: o caso da Sociedade Nacional de Agricultura. Op. Cit., 2000, p. 5.

²⁰ Cabe destacar que, segundo Sônia Regina de Mendonça, progresso agrícola era entendido pelos membros da Sociedade Nacional de Agricultura como diversificação da agricultura, ou seja, incentivo a cultivo de produtos alternativos ao café.

²¹ SNA, Extrato do Regulamento. *A Lavoura*, Rio de Janeiro, Ano I, n.1, julho de 1897, p.1.

associações e particulares, medidas legais e todos os recursos que pudessem contribuir para o desenvolvimento agrícola do país²².

A partir de 1901, quando a Sociedade Nacional de Agricultura organizou o Primeiro Congresso Nacional de Agricultura²³, seus membros iniciaram uma campanha em favor da criação de uma pasta que pudesse cuidar dos assuntos agrários e representasse seus interesses dentro do Estado brasileiro. Em 1902, Christiano Cruz, usineiro maranhense, deputado e sócio da SNA, apresentou à Câmara dos Deputados o projeto de criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, cuja realização ocorreu através do decreto 1.606 de 29 de dezembro de 1906. A proposta ganhou apoio também de representantes do Maranhão, Pernambuco, Sergipe e Rio de Janeiro e foi aprovada neste mesmo ano, através da ajuda do *lobby* feito pelo deputado e presidente honorário da SNA, o usineiro baiano Inácio Tosta²⁴.

Embora tenha sido criado em 1906, o MAIC só foi regulamentado três anos depois, em 1909. De acordo com Sônia Regina de Mendonça, esta demora ocorreu devido a uma disputa política iniciada pelos proprietários rurais de São Paulo e Minas Gerais que tentaram impedir que o projeto entrasse em vigor. Assim,

este só se efetivaria em função de um acordo político que, concedendo à SNA o aval para a implementação da agência, garantiria, em troca, a concessão dos primeiros cargos de titular da pasta a representantes da grande burguesia cafeeira de São Paulo, situação esta que perdurou até 1913. Desse ano em diante, a SNA conseguiria resgatar o monopólio na condução política do governo²⁵.

Dessa maneira, a pasta da agricultura nasceu em meio às discordâncias entre as elites agrárias regionais. De um lado, a elite paulista que defendia a política de valorização do café e, do outro, os representantes da Sociedade Nacional de Agricultura que tinham por objetivo diversificar

²² Idem, p. 1.

²³ Realizado em 1901, por iniciativa da SNA, contou com a participação de quase 100 pessoas, representando praticamente todos os estados brasileiros. Depois da Abolição da escravidão no Brasil foi, segundo Sônia Regina de Mendonça, o primeiro evento nacional de debates sobre o “problema agrícola” brasileiro. Ver: MENDONÇA, Sônia Regina de. *O Ruralismo brasileiro (1888-1931)*. Op. Cit., 1997, p.51-52.

²⁴ Idem, p. 55.

²⁵ MENDONÇA, Sônia Regina de. As políticas agrícolas do Estado brasileiro na Primeira República. Op. Cit., 1996, p.20.

os produtos agrícolas. Logo, o ministério foi resultado de intensa negociação entre estes grupos²⁶.

Sônia Regina de Mendonça aponta que o MAIC era o espaço que representava os interesses dos integrantes da Sociedade Nacional de Agricultura, associação que lhe deu origem²⁷. Os cafeicultores paulistas tinham seus interesses administrados pelo Ministério da Fazenda; o café era pauta e produto defendido por esta pasta²⁸. Este fato pode ser percebido, por exemplo, a partir da análise da própria composição do Ministério da Agricultura. No período entre 1910 e 1930, o MAIC possuiu apenas três ministros representantes da elite paulista e oito vinculados à SNA. Além disso, 51% dos funcionários que ocupavam cargos nas principais diretorias do ministério eram membros da associação²⁹. Vale destacar que também foi muito comum ex-presidentes da SNA se transformarem, logo após o fim de suas gestões, em ministros da pasta da agricultura, assim como ocorreu com Idelfonso Simões Lopes, Miguel Calmon Du Pin e Almeida e Germiniano Lyra Castro, como se a origem na SNA fosse um caminho natural a ser percorrido até se chegar ao cargo de ministro.

O principal objetivo da pasta da agricultura era, assim, a maior bandeira sustentada pela sociedade: a diversificação da agricultura³⁰. Nesse sentido, o MAIC criou os Serviços de Inspeção e Fomento Agrícola, que tinham como uma de suas metas a distribuição de mudas e sementes de espécies escolhidas pelo ministério.

No entanto, para tornar possível a diversificação dos produtos cultivados, era preciso que os brasileiros possuíssem um melhor conhecimento dos seus recursos naturais, para saber quais gêneros o país era capaz de produzir e quais eram as melhores áreas para o seu cultivo. Por este motivo, a realização de pesquisas científicas e a promoção da modernização da agricultura, por meio da utilização de conhecimentos

²⁶ WELTMAN, Wanda Latmann. *A Educação do Jeca: Ciência, Divulgação Científica e Agropecuária na Revista Chácaras e Quintais (1909-1948)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2008.

²⁷ MENDONÇA. Sônia Regina de. *As políticas agrícolas do Estado brasileiro na Primeira República*. Op. Cit., 1996, p.17.

²⁸ RIBEIRO, Rafael Winter. *A Invenção da Diversidade: construção do Estado e diversificação territorial no Brasil*. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

²⁹ MENDONÇA. Sônia Regina de. *As políticas agrícolas do Estado brasileiro na Primeira República*. Op. Cit., 1996, p. 20.

³⁰ MENDONÇA. Sônia Regina. *O Convênio de Taubaté e a Agricultura Fluminense*. *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora, v.5, n° 1, jan./jun.1999.

científicos aplicados nas atividades rurais, eram metas prioritárias do Ministério da Agricultura³¹.

Em virtude desta preocupação, foram criados novos serviços destinados à pesquisa e outros já existentes passaram para sua alçada. Assim, o MAIC ficou responsável por uma série de instituições vinculadas diretamente aos conhecimentos técnicos e científicos, dentre os quais se destacam o Jardim Botânico e o Museu Nacional³².

Contudo, não bastava apenas incentivar e desenvolver a realização de estudos científicos; era fundamental a difusão destes novos conhecimentos aos agricultores. Por este motivo, foram criados campos de demonstração, postos zootécnicos, fazendas-modelo, estações de monta e Inspetorias Agrícolas,³³ cujo objetivo era ensinar os produtores, por exemplo, o uso de novos instrumentos e máquinas, propagando, desta forma, a prática de uma agricultura moderna. O MAIC se caracterizava, portanto, como um espaço em que conhecimentos e pesquisas em novas áreas, como, por exemplo, química agrícola e fisiologia vegetal, ganhavam caráter prático em favor das demandas dos membros da SNA. Desta maneira constituía um espaço de ciência aplicada à agricultura.³⁴

³¹ Idem, p. 103.

³² Órgãos de caráter científico subordinados ao MAIC entre 1909 e 1930: Diretoria Geral de Estatística; Diretoria Geral de Propriedade Industrial; Diretoria Geral do Serviço de Povoamento; Diretoria Geral do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais; Diretoria da Indústria Animal; Diretoria de Meteorologia e Astronomia; Diretoria do Serviço de Inspeção, Estatística e Defesa Agrícola; Diretoria do Serviço de Propaganda e Expansão Econômica do Brasil no Estrangeiro; Diretoria do Serviço de Veterinária; Escola de Minas de Ouro Preto; Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, Estação de Biologia Marinha; Estação Central de Química Agrícola; Fábrica de Ferro S. João de Ipanema; Inspetoria de Pesca; Instituto Biológico de Defesa Agrícola; Instituto de Expansão Comercial; Instituto de Química; Jardim Botânico; Junta Comercial; Museu Nacional; Observatório Nacional; Sessão de Publicações e Biblioteca; Serviço de Expurgo e Beneficiamento de Cereais; Serviço Florestal do Brasil; Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil; Superintendência do Abastecimento; Superintendência de Defesa da Borracha; Superintendência do Serviço do Algodão. Ver: RIBEIRO, Rafael Winter. *A Invenção da Diversidade*. Op. Cit., 2005; BHERING, Marcos Jungmann, *Positivismo e modernização: políticas e institutos científicos de agricultura no Brasil (1909-1935)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde), Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Rio de Janeiro, 2008; BHERING, Marcos Jungmann; MAIO, Marcos Chor. *Positivismo e Agricultura: uma análise do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio na Primeira República*. *Varia História* (UFMG. Impreso), Belo Horizonte, n. 27, p. 689-709, 2011.

³³ MENDONÇA. Sônia Regina de. *As políticas agrícolas do Estado brasileiro na Primeira República*. Op. Cit., 1996.

³⁴ BHERING, Marcos Jungmann, *Positivismo e modernização: políticas e institutos científicos de agricultura no Brasil (1909-1935)*. Op. Cit., 2008, p. 56; BHERING, Marcos Jungmann; MAIO, Marcos Chor. *Positivismo e Agricultura*. Op. Cit., 2011.

Seguindo esta perspectiva, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio criou uma rede de propaganda que distribuía em todo o país publicações que veiculavam seu projeto de aplicação da ciência no campo para modernização e diversificação da agricultura, e a conservação dos recursos naturais brasileiros. Por meio desta rede eram propagados conhecimentos cuja finalidade era instruir os trabalhadores rurais sobre os melhores métodos de cultivo e de exploração do mundo natural. Dessa maneira, esta malha de propaganda do MAIC difundia os preceitos constituintes do que foi chamado por Regina Horta Duarte de “pedagogia da natureza nacional”³⁵. No MAIC essa pedagogia era levada a cabo através de três braços de ação: o *Serviço de Informações*, o *Registro de lavradores, criadores e profissionais de indústrias conexas* e a Sociedade Nacional de Agricultura.

O *Serviço de Informações* foi criado em 18 de novembro de 1909, com o nome de *Seção de Publicações e Biblioteca* e tinha como finalidade, dentre outras funções, reunir e catalogar todas as publicações nacionais e estrangeiras, sobre os assuntos correlatos ao ministério, e distribuir as publicações elaboradas ou adquiridas pela pasta, e que fizessem propaganda agrícola e divulgassem informações úteis à agricultura, indústria e comércio³⁶. Contudo, o serviço não possuía uma tipografia própria, fato que impossibilitou o cumprimento de todas as suas funções. Por esta razão, o serviço foi reorganizado, em 22 de setembro de 1910, recebendo a denominação de *Serviço de Informações e Biblioteca*³⁷. O Serviço deveria prestar todas as informações que lhe fossem solicitadas por “meios oficiais ou pedidas por particulares” sobre agricultura, indústria e comércio. Além disso, deveria publicar mensalmente o *Boletim do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio*, com o resumo das ações do ministério, artigos nacionais ou estrangeiros e qualquer trabalho que contivesse informações sobre os temas de responsabilidade da pasta³⁸.

Em 9 de dezembro de 1911, o serviço foi novamente reorganizado, recebendo o nome de *Serviço de Informações e Divulgação*. Quatro anos

³⁵ DUARTE, Regina Horta. *A Biologia Militante: O Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil (1926-1945)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 27.

³⁶ Brasil – Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Relatório I dos anos de 1909 e 1910, apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda no ano de 1910, p. 199. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/agricultura>.

³⁷ RIBEIRO, Rafael Winter. *A Invenção da Diversidade*. Op. Cit., 2005, p. 194.

³⁸ Brasil – Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Relatório I dos anos de 1910 e 1911, apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro Pedro de Toledo no ano de 1911, p. 320. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/agricultura>.

mais tarde, o serviço passou por outra reformulação e passou a ser denominado *Serviço de Informações*. É interessante notar que o serviço permaneceu com este nome até o fim da Primeira República³⁹ e conservou, segundo relatório da própria pasta, sua característica principal de “divulgador oficial de conhecimentos úteis à lavoura, indústria e comércio”⁴⁰.

Outra ferramenta utilizada pelo MAIC para propagandear suas ideias foi o *Registro de lavradores, criadores e profissionais de indústrias conexas*. Criado em 21 de setembro de 1909, o registro tinha por objetivo “reunir dados estatísticos sobre a propriedade agrícola, a indústria pecuária e as indústrias rurais”⁴¹. De acordo com o próprio relatório do ministério, tratava-se de um serviço importante porque proporcionaria ao governo dados valiosos sobre a produção nacional e orientaria suas ações⁴². A inscrição no registro era gratuita e poderia ser feita diretamente no MAIC através de uma petição enviada ao Diretor Geral de Agricultura pelo correio ou por intermédio das Inspetorias Agrícolas ou Veterinárias.⁴³

O registro fornecia informações à pasta da agricultura, como a distribuição geográfica das produções e as terras incultas do território, por exemplo, e funcionava como um canal de comunicação entre o governo, agricultores e criadores. Igualmente, divulgava as ações do ministério e distribuía plantas, sementes, soros e vacinas para o gado gratuitamente. Além disso, por meio do *Serviço de Informações*, enviava, aos inscritos, publicações que editava ou comprava com “o fim de divulgar as medidas e conhecimentos úteis à lavoura e aos lavradores”⁴⁴ e introduzir “boas práticas da lavoura e dos aperfeiçoados processos de cultura”⁴⁵.

³⁹ RIBEIRO, Rafael Winter. *A Invenção da Diversidade*. Op. Cit., 2005, p. 197.

⁴⁰ Brasil – Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Relatório I do ano de 1916, apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro José Rufino Cavalcanti no ano de 1916, p. 99. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/agricultura>.

⁴¹ Brasil – Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Relatório I do ano de 1909 e 1910, Op. Cit., p. 25.

⁴² Brasil – Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Relatório I dos anos de 1911-1912, apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro Pedro Toledo no ano de 1912, p. 81. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/agricultura>.

⁴³ Brasil – Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Relatório I do ano de 1916, p. 20- 21.

⁴⁴ Brasil – Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Relatório I dos anos de 1910 e 1911, p. 17.

⁴⁵ Brasil – Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Relatório I dos anos de 1912 e 1913, apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro Pedro de Toledo no ano de 1913, p. 117. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/agricultura>.

O terceiro braço desta rede de divulgação do MAIC era a Sociedade Nacional de Agricultura. Nas seções dos relatórios deste ministério destinadas à SNA, é possível perceber uma grande preocupação com a propaganda, fosse para difundir o ideal de associativismo da SNA ou das metas da pasta da agricultura, como a diversificação agrícola, por exemplo. Além disso, no relatório de 1911 e 1912, declarou-se que

não se poderá duvidar que essa sociedade continuará na trilha, que se traçou, de pugnar pelo bem da agricultura, da pecuária e das indústrias correlatas, prestando seu valioso concurso a este Ministério e procurando tornar, pela propaganda, mais profícua a sua ação inteligente⁴⁶.

O MAIC não editava diretamente o boletim da SNA; o ministério subvencionava a associação para fazer propaganda da diversificação agrícola, ou nos termos da época, da “policultura”. Ao difundir o exercício da agricultura racional e diversificada, a pasta da agricultura propagava também a conservação do mundo natural, visto que os preceitos científicos deveriam ser utilizados justamente para evitar o seu uso imprevidente. A natureza, além de sua beleza, era valorizada como uma fonte de riqueza para o país. Dessa maneira, seria fundamental saber manejá-la de forma inteligente fazendo com que auxiliasse o progresso econômico do Brasil. Esse seria o papel de *A Lavoura*.

Para vencer o “atraso” e a “ignorância”: ciência e máquinas a serviço da diversificação agrícola

As publicações correntes voltadas para a agricultura naquela ocasião eram, em sua maioria, folhetos e boletins estatísticos que tinham por objetivo propagar a atividade agrícola no exterior. Isto porque, inicialmente, impressos estritamente agrícolas não eram entendidos pelos particulares como grandes empreendimentos. Imaginava-se que não haveria um bom retorno financeiro, visto que o público alvo seriam proprietários rurais que, na sua maioria, não tinham o hábito da leitura ou não sabiam ler⁴⁷.

⁴⁶ Brasil – Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Relatório I dos anos de 1911-1912, p. 157.

⁴⁷ Ibidem, p.283.

Havia também, e a rigor desde o início do Império, manuais práticos que tinham por objetivo ensinar o leitor a efetuar uma série de atividades distintas, dentre as quais, algumas tarefas realizadas pelos agricultores. Tratava-se de espécies de guias, com linguagem fácil e acessível que explicavam detalhadamente determinados procedimentos. Desse modo, era possível que as pessoas aprendessem sozinhas a executar certas tarefas sem a necessidade de que algum especialista agisse como mediador. Esta qualidade de impresso se popularizou rapidamente, uma vez que eram obras de consulta e não precisavam de uma leitura atenta e apurada. Podiam ser encontrados nas livrarias vários manuais práticos de cunho agrícola, como, por exemplo, o “Novo manual do chacareiro brasileiro” e o “Manual do Galinheiro”⁴⁸.

Essa situação começou a ser alterada a partir de 1895, depois de uma enorme crise no setor cafeeiro, proveniente de uma baixa na cotação internacional do produto, que provocou a desarticulação de fortunas, propriedades e abalou a imagem do lavrador brasileiro baseado em sua grande propriedade. Para superar este momento de crise, foi necessário o desenvolvimento de um proprietário rural mais informado e atento, capaz de enfrentar a divisão de sua propriedade, administrar mão de obra competitiva e melhorar a produção⁴⁹. Assim,

Para esse novo fazendeiro, que a despeito de perdas ainda era um consumidor com bom poder aquisitivo, a necessidade de informação justificava o investimento no periodismo agrícola. Ou, conforme denominação da época, publicações agrônômicas, voltadas para o homem da lavoura⁵⁰.

Portanto, a partir da necessidade de formação deste novo proprietário agrário, começaram a surgir as primeiras revistas agrícolas. Inicialmente, elas existiram em pouco número e eram publicadas, em sua maioria, por associações agrícolas. E foi exatamente neste contexto que, em 1897, a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) começou a publicar seu boletim oficial, chamado *A Lavoura*, que, aliás é publicado até os dias de hoje.

⁴⁸ EL FAR, Alessandra. *Páginas de Sensação*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.92.

⁴⁹ MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2008, p.283-284.

⁵⁰ Idem, p.284.

De acordo com seu primeiro editorial, intitulado “A Lavoura” e escrito pelo presidente da SNA, Ennes de Souza, a revista tinha como objetivo publicar textos sobre

métodos e melhoramentos ou investigações científicas e agrônômicas; os que propagam ou vulgarizam conhecimentos úteis existentes em outros países ou na nossa pátria; e, enfim, os dados reais, positivos e elementares de toda ordem que se devam tornar em ação agrícola⁵¹.

Ainda segundo este mesmo texto, o boletim da Sociedade apresentaria transcrições ou traduções de revistas do país e do estrangeiro, que tratassem de temas pertinentes à agricultura brasileira, e publicaria os resumos de conferências e congressos realizados na sede da Sociedade ou em outros pontos do Brasil, desde que estas fossem importantes para a agricultura ou as outras indústrias rurais. Igualmente, difundiria trabalhos desenvolvidos em laboratórios, nos campos de experiência e demonstração, nas estações agrônômicas, dentre outros. Desse modo, haveria na revista tanto “teoria” como “prática”. Além disso, segundo o editorial, o tipo de escrita desenvolvido na revista corresponderia ao que o autor chamou de “literatura rural”, que seria uma leitura mais amena que a aparente dificuldade dos algarismos e da ciência pura e/ou experimental⁵².

De acordo com algumas edições da própria *A Lavoura*, sua tiragem era 5 mil exemplares⁵³, número considerável, mas não muito alto, se comparada a outras revistas agrícolas da ocasião, como *Chácaras e Quintais*, por exemplo, que publicou o total de 16 mil unidades por edição⁵⁴. O mesmo aspecto se verifica se confrontarmos o boletim da SNA com periódicos oficiais, mesmo posteriores, como a *Revista Nacional de Educação*, cuja tiragem era de 12.500 exemplares, e chegou alcançar

⁵¹ SOUZA, Ennes de. *A Lavoura*. *A Lavoura*, Rio de Janeiro, Ano I, n. 1, p.5-6, julho de 1897.

⁵² Idem, p. 5.

⁵³ É importante salientar que nem sempre a revista informou o número de sua tiragem. Além disso, destacamos que é possível que o número do boletim da SNA publicado tenha variado ao longo dos anos. No relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio referente ao ano de 1913, por exemplo, afirmou-se que 6.199 exemplares de *A Lavoura* foram distribuídos. Ver: Brasil - Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Relatório I do ano de 1913, apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro Manoel Edwiges de Queirós Vieira no ano de 1914, p. 103. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/agricultura>.

⁵⁴ WELTMAN, Wanda Lattmann. *A Educação do Jeca*. Op. Cit., 2008, p. 48.

15.000, no primeiro aniversário de sua publicação⁵⁵. A revista da SNA era distribuída aos jornais do Rio de Janeiro; aos sócios honorários e efetivos; autoridades superiores e instituições da Capital Federal; instituições, autoridades e jornais dos estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Goiás, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte; Paraíba, Pernambuco, Bahia, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso; cônsules e ministros brasileiros no exterior; nas câmaras municipais; e a instituições e particulares na França, Estados Unidos, Portugal, Argentina, Itália, Uruguai, Alemanha, Chile, México, Áustria, Inglaterra, Holanda, Suíça, Espanha, Bélgica, Java, Colômbia, Índia, Sérvia, Rússia, Dinamarca, Japão, România, Venezuela, Hungria, Grécia, Turquia, Ilhas Malvinas, Canadá, Peru e China⁵⁶.

Grande parte dos artigos publicados era escrita por colaboradores ocasionais - engenheiros, agrônomos, cientistas, naturalistas, agricultores, criadores e qualquer indivíduo cujo texto fosse aprovado pelos editores. Além disso, muitos artigos não eram assinados e outros apresentavam apenas as iniciais do nome das pessoas, fato que dificulta uma relação exata de todos os articulistas. Desse modo, estimamos que foram escritos artigos no periódico por mais de 344 pessoas diferentes, sendo 45 de autoria Thomás Coelho Filho, o autor que mais escreveu na revista no período analisado e apresentado pelo periódico como engenheiro agrônomo. Dentre os cooperadores do periódico, destacam-se os seguintes, de formação científica: Otávio Domingues⁵⁷, Americano do Brasil⁵⁸, Frederico Carlos

⁵⁵ DUARTE, Regina Horta. Em todos os lares, o conforto moral da ciência e da arte: A Revista Nacional de Educação e a divulgação científica no Brasil (1932-1934). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 33-56, 2004, p. 34.

⁵⁶ VERT, Germano. Relatório apresentado à Assembleia Geral ordinária de 15 de fevereiro de 1899, sobre a administração da Sociedade Nacional de Agricultura, de fevereiro a dezembro de 1898. *A Lavoura*, Rio de Janeiro, Ano II, n. 9, p.5-11, dezembro de 1899.

⁵⁷ Otávio Domingues foi zoólogo e professor na Escola de Piracaba e na Escola Nacional de Agricultura no Rio de Janeiro. Ver: HABIB, Paula Arantes Botelho Briglia. *Agricultura e Biologia na Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiróz" (ESALQ): Os estudos de Genética nas trajetórias de Carlos Teixeira Mendes, Octavio Domingues e Salvador de Toledo Piza Jr. (1917-1937)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2010.

⁵⁸ Antônio Americano do Brasil nasceu em 1892, em Goiás, formou-se médico no Rio de Janeiro e foi deputado pelo seu estado natal na Câmara Federal. Criou, juntamente com o militar goiano Henrique Silva, um periódico chamado *A Informação Goiana* (1917-1935), que tinha como finalidade fazer propaganda de Goiás e oposição ao movimento sanitário. Ver: SÁ, Dominichi Miranda de. Uma interpretação do Brasil como doença e rotina: a repercussão do relatório médico de Arthur Neiva e Belisário Penna. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* (Impresso), Rio de Janeiro, v. 16, p. 183-203, 2009.

Hoehne⁵⁹, Bertha Lutz,⁶⁰ Arthur Neiva⁶¹, Carlos Moreira, Von Ihering, Alberto José de Sampaio⁶², Domingos Sérgio de Carvalho, Frederico

⁵⁹ Filho de imigrantes alemães nasceu em Juiz de Fora, em 1882. Em 1907, foi nomeado jardineiro-chefe do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Dez anos depois, foi para São Paulo onde atuou longamente em prol da proteção à natureza. Trabalhou no Instituto de Botânica do Estado de São Paulo e organizou um horto na Seção de Botânica no Instituto Butantã. Ainda atuou no Museu Paulista e no Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal. Ver: FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920 – 1940*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2009; DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁶⁰ Maria Júlia Bertha Lutz viveu entre 1894 e 1976. Ingressou no Museu Nacional, em 1919, como naturalista e, em 1939, se transformou em representante desta mesma instituição no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil (CFEACB). Participou das lutas pelos direitos femininos no início do século XX e esteve ligada a debates sobre a preservação do meio ambiente brasileiro. Sobre Bertha Lutz, ver: SOMBRIO, Mariana Moraes; LOPES, Maria Margaret; VELHO, Léa M. Leme Strini. Práticas e disputas em torno do patrimônio científico-cultural: Bertha Lutz no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil. *Varia História* (UFMG. Impresso), Belo Horizonte, v. 24, p. 311-327, 2008; SOUSA, Lia Gomes Pinto de; SOMBRIO, Mariana Moraes de Oliveira; LOPES, Maria Margaret. Para ler Bertha Lutz. *Cadernos Pagu* (UNICAMP. Impresso), Campinas, p. 315-325, 2005; LOPES, Maria Margaret. Bertha Lutz e a importância das relações de gênero, da educação e do público nas instituições museais. *Musas - Revista Brasileira de Museus e Museologia*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 41-47, mai. 2006; dentre outros.

⁶¹ Cientista e escritor, viveu entre 1880 e 1943. Realizou a pedido da Inspetoria de Obras Contra as Secas, uma expedição científica juntamente com Belisário Penna, ao norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e Goiás, com o objetivo de conhecer e mapear o quadro nosológico dessas áreas. O relatório produzido por eles a partir desta viagem repercutiu amplamente na imprensa e foi fundamental para a criação, em 1918, da Liga Pró-Saneamento e, posteriormente, em 1920, do Departamento Nacional de Saúde Pública, assim como para as discussões sobre a urgência do saneamento rural no país. Arthur Neiva também foi convocado junto com Costa Lima para identificar a praga que atacou os cafeeiros paulistas, na década de 1920. Ver: SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Arthur Neiva e a 'questão nacional' nos anos 1910 e 1920. *História, Ciência e Saúde Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 16, julho de 2009; SÁ, Dominichi Miranda de. Uma interpretação do Brasil como doença e rotina. Op. Cit., 2009; SILVA, André Felipe Cândido da. *Ciência nos Cafezais: a Campanha contra a Broca do Café em São Paulo (1924-1929)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde), Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2006.

⁶² Nasceu em Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro, e viveu entre 1881 e 1946. Em 1905, ingressou como Assistente de Botânica do Museu Nacional. Aos 31 anos de idade, tornou-se professor e chefe da Seção de Botânica desta mesma instituição. Foi um dos botânicos mais importantes de sua época. Sobre Sampaio, ver: DRUMMOND, José Augusto, FRANCO, José Luiz de Andrade. Alberto José Sampaio: Um botânico brasileiro e o seu programa de proteção à natureza. Belo Horizonte: *Varia História*, vol.21, nº 33, 2005; DUARTE, Regina Horta. *A biologia Militante*. Op. Cit., 2010; FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à Natureza e Identidade Nacional no Brasil, anos 1920 -1940*. Op. Cit., 2009; CAPANEMA, Carolina Motta. *A natureza no*

Draenert, Alberto Loefgren, João Geraldo Kuhlmann⁶³ e Arsenne Puttemans⁶⁴. Entre estes cientistas, Otávio Domingues foi o que publicou o maior número de artigos, 8 no total. É importante ressaltar que a presença de cientistas tanto em *A Lavoura* quanto na Sociedade que ela representava foi constante⁶⁵. Eles participavam da equipe editorial da revista, dos Conselhos Superiores, Diretoria ou Conselho Técnico⁶⁶. Desse modo, percebe-se que os cientistas participaram ativamente na propagação das ideias difundidas pela revista.

Mapeados os autores mais frequentes, resta-nos saber qual era o público alvo de *A Lavoura*. Pequenos proprietários? Agricultores de alguma área específica do país? Uma maneira de desvendar estas indagações seria a análise dos documentos administrativos da Sociedade Nacional de Agricultura. No entanto, os escritos oficiais da SNA foram perdidos num incêndio que ocorreu em sua sede nos anos de 1940. Outra possibilidade seria a análise das cartas dos leitores para perceber quem escrevia para a revista. Entretanto, a correspondência raramente era publicada. A seguir a bibliografia atinente, como os trabalhos de Sônia Regina de Mendonça e de Rafael Winter Ribeiro, o alvo da revista eram todos os agricultores, fossem eles pequenos, médios ou grandes proprietários de terra. Como se buscava modernizar a agricultura era necessário “modernizar” todos os tipos de

projeto de construção de um Brasil Moderno e a obra de Alberto José de Sampaio. Dissertação (Mestrado em História das Ciências), Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2006.

⁶³ Botânico, fez parte da Seção de Botânica do Museu Nacional, do Jardim Botânico do Rio de Janeiro durante o período em que este foi chefiado por Alberto José de Sampaio e participou da Comissão Rondon. Ver: <http://www.museunacional.ufrj.br/dptbot/historico.html>.

⁶⁴ Arsene Puttemans é considerado um dos pais da fitopatologia brasileira. COSTA, A. S. História da Fitovirologia no Brasil. *Anais da E. S. A. “Luiz de Queiróz”*. São Paulo, vol. XLIII, 1986. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aesalq/v43n1/05.pdf>.

⁶⁵ É interessante notar que a participação de cientistas como colaboradores de periódico agrícola não era uma exclusividade da revista *A Lavoura*. Cientistas também compunham o grupo de articulistas que escreveram no periódico *Chácaras e Quintais*. Ver: WELTMAN, Wanda Weltmann. *A Educação do Jeca*: Op. Cit., 2008.

⁶⁶ Sônia Regina de Mendonça aponta que a administração da SNA estava dividida em Diretoria Geral, Diretoria Técnica e Conselho Superior. A Diretoria Geral era composta por dez integrantes e era responsável pelas funções administrativas da sociedade. Já a Técnica, também formada por dez pessoas, estava subdividida em 13 seções especializadas, como zootecnia, por exemplo. E o Conselho Superior possuía 40 membros. Tanto a Diretoria Técnica quanto o Conselho Superior tinham como finalidade “opinar e atuar em prol das grandes causas de que a Sociedade se fazia porta-voz”. Ver: MENDONÇA, Sônia Regina de. *O Ruralismo brasileiro (1888-1931)*. Op. Cit., 1997, p. 47.

trabalhadores rurais, não apenas uma parcela deles⁶⁷. Como vemos, a destinação não é nada clara, mas são frequentes os contra-exemplos da policultura moderna defendida na revista. Seguindo essa pista, empreendemos esforço heurístico adicional a essas análises, reunindo elementos, caracterizações e adjetivos presentes nos artigos e chegamos a tipo social muito presente na produção intelectual brasileira por sua associação com o suposto atraso da agricultura nacional: o caboclo. A revista não era destinada ao caboclo, mas decerto contra ele e suas imagens associadas.

Tanto os trabalhos da área do pensamento social brasileiro quanto a historiografia ambiental com a qual dialogamos indicam o caboclo como o signo máximo da decadência do mundo rural em leituras canônicas da história do *state* ou do *nation building* no Brasil. Identificado genericamente ao sertão, ou às parcelas territoriais isoladas do interior do país, nessas produções é representado ainda como preguiçoso, fatalista, acororado, improdutivo, ignorante, imprevidente, ocioso, doente, atrasado, rotineiro, reprodutor das velhas tradições coloniais de cultivo, matuto. Seja por sua origem indígena, seja como migrante nordestino, caucheiro do Norte, ou caipira do Vale do Paraíba, como o Jeca Tatu de Monteiro Lobato, o caboclo é definitivamente o retrato máximo da associação entre a agricultura dita primitiva e a destruição da natureza, com suas queimadas e circulação nômade. O caboclo, parasita ou “piolho” da terra, o que trabalha o mínimo essencial apenas para viver, era, também na revista em exame, o antípoda do agricultor progressista, o moderno, próspero e eficiente produtor agrícola.⁶⁸

⁶⁷ Através dos dados do *Registro de lavradores, criadores e profissionais de indústrias conexas*, contido nos relatórios do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio é possível ter uma ideia dos estados que recebiam a maior quantidade de exemplares de revistas e folhetos distribuídos pela pasta, dentre as quais se encontrava *A Lavoura*. O relatório de 1920, por exemplo, indica que o estado que mais possuía inscritos e, dessa forma, recebia mais publicações do ministério era Minas Gerais, seguido por Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Ver: Brasil – Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Relatório I do ano de 1920, apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro Idelfonso Simões Lopes no ano de 1920, p. 237. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/agricultura>.

⁶⁸ Ressaltamos que a preocupação com métodos agrícolas considerados “atrasados” por força da herança colonial foi tema recorrente do pensamento social brasileiro no mesmo período e nas décadas subsequentes. No mesmo sentido, os fundadores da “crítica ambiental brasileira” também criticavam os métodos “rudimentares” de cultivo praticados no Brasil e acreditavam que o atraso e a destruição dos recursos naturais poderiam ser “superados” através da modernização das técnicas utilizadas. Sobre o tema, ver, por exemplo: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 26ª Ed., 1995; PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil*

Os membros da SNA acreditavam que um dos grandes fatores que impossibilitava o desenvolvimento da agricultura no país seria exatamente a predominância da rotina do caboclo sobre as técnicas da agricultura moderna. Por esta razão, foram publicados inúmeros artigos em *A Lavoura* que tinham por objetivo condenar a situação de atraso em que as atividades agrícolas se encontravam. De acordo com um artigo publicado intitulado “Necessidades da lavoura”⁶⁹, por exemplo, desde a chegada dos colonizadores até aquele momento, não havia ocorrido nenhuma mudança radical nas práticas de cultura adotadas, o que provocava a estagnação da agricultura.

Assim, os colaboradores da revista defendiam a substituição dos métodos considerados retrógrados, pela utilização de máquinas no campo. Desse modo, escreveram vários textos, cuja finalidade era convencer os agricultores sobre a importância do seu uso. Para que isso fosse possível, consideravam imprescindível que os lavradores tivessem um conhecimento mínimo sobre estes modernos equipamentos. Os articulistas do periódico se preocupavam, pois, em explicar o que eram máquinas agrícolas e em diferenciá-las das ferramentas. Percebemos que havia uma grande preocupação por parte dos redatores não só em explicar o que eram estas máquinas e apontar suas vantagens, mas, sobretudo, em ensinar o agricultor como operá-las de modo adequado. Dessa maneira, foram publicados muitos artigos que explicitavam detalhadamente como usá-las. Estes textos sempre eram acompanhados por muitas imagens para facilitar a compreensão do trabalhador rural e foram publicados durante todos os anos examinados nesta pesquisa. Inicialmente, a revista condenava duramente as queimadas e estimulava o uso de charruas e arados. A partir da década de 1920, os articulistas passaram a enfatizar a necessidade da motocultura, ou seja, do uso de tratores no campo.

A Lavoura não só propagandeava os benefícios do uso de máquinas como meio de modernizar a agricultura como também parabenizava os fazendeiros que passavam a utilizá-las, como forma de incentivar sua maior difusão. Evidência de que a modernização da agricultura através do uso de máquinas era realmente uma das grandes bandeiras defendidas pela Sociedade Nacional de Agricultura é um artigo publicado, em 1905, em que foi informado que a sociedade havia começado a oferecer um curso prático

escravista (1786-1888). Op. Cit., 2004, p. 44; LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2013, especialmente o capítulo 5.

⁶⁹ CAMPOS, Bernardino. Necessidades da lavoura. *A Lavoura*, Rio de Janeiro, Ano I, n.3, p. 24-28, setembro de 1897.

de mecânica agrícola nas instalações da fazenda Santa Mônica⁷⁰, propriedade da associação. De acordo com o texto sem autoria, estava claro que os agricultores começaram a perceber que era necessário variar suas culturas e aperfeiçoar seu trabalho. No entanto, faltavam meios eficazes que permitissem o ensino prático destes trabalhadores rurais. Por este motivo, mesmo com modestos recursos, a SNA decidiu preencher esta lacuna e oferecer este curso em suas instalações. De acordo com o texto,

As pessoas que comparecerem verão trabalhar os aparelhos destinados a todas as operações agrícolas, sendo para isso utilizada em cada operação uma importante coleção de aparelhos, entre os quais os arados e os cultivadores de disco, que são os mais aperfeiçoados que tem vindo ao nosso mercado. Ser-lhes-á também facultado manejarem por si todos estes aparelhos durante o tempo que for preciso a sua aprendizagem, recebendo as mais detalhadas informações sobre o emprego de cada um, o modo de os montar e regular e sobre utilidade e funcionamento de suas peças⁷¹.

A modernização da agricultura, segundo os sócios da SNA e, por sua vez, dos colaboradores de *A Lavoura*, também seria alcançada através da aplicação de ciências naturais no campo. De acordo com a revista, somente o estudo do clima, geologia e topografia poderia orientar as ações dos trabalhadores rurais de modo a permitir que o uso do braço do agricultor

⁷⁰ De acordo com os relatórios ministeriais da pasta da agricultura tratava-se de um casarão às margens do rio Paraíba, antiga residência do Marquês de Caxias e que, foi transformada numa das primeiras Fazendas-Modelo de Criação, mantidas pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Criadas em dezembro de 1910, estes estabelecimentos tinham como finalidade: promover a seleção do gado nacional; produzir por meio de cruzamento o cavalo de guerra, exigido pelos regulamentos militares; criar animais de grande porte e cultivar plantas forrageiras em larga escala. A fazenda de Santa Mônica passou por obras para adaptá-la à nova função e era formada por galpões para o abrigo de animais, estábulos, cocheiras, galpão para banho, continha 18 máquinas agrícolas e duas caixas d'água. Inicialmente, a administração e as modificações da fazenda seriam levadas a cabo pela Sociedade Nacional de Agricultura. Entretanto, a sociedade a devolveu ao Governo, alegando que não possuía verba suficiente para este fim. Brasil – Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Relatório I dos anos de 1911 e 1912, p.158-159.

⁷¹ Curso Prático de Mecânica Agrícola. *A Lavoura*, Rio de Janeiro, Ano IX, n. 7 a 9, p. 106, julho a setembro de 1905.

fosse completamente aproveitado, resultando em produtos de melhor qualidade e em maior quantidade.⁷²

Assim, a revista publicou inúmeros artigos defendendo a ideia de que, para ser um bom agricultor, era necessário que o indivíduo reunisse uma série de conhecimentos que o permitisse aperfeiçoar as atividades agrícolas. Um verdadeiro trabalhador rural deveria possuir ainda noções de química, física, história natural, mineralogia, botânica e zoologia⁷³.

Outro grande ideal da Sociedade Nacional de Agricultura, vocalizado por meio do seu boletim, era que somente através da expansão do ensino agrícola⁷⁴ no país seria possível a formação de um agricultor informado das novas técnicas, avanços científicos e capacitado para conduzir máquinas agrícolas. Neste sentido, os colaboradores da revista acreditavam que um sistema de escolas agrárias constituiria uma das maiores necessidades do povo brasileiro, já que elas proporcionariam o melhoramento da lavoura nacional. Segundo o artigo intitulado “Instrução Agrícola nas Escolas”⁷⁵, por exemplo, o Brasil somente sairia da crise econômica, e alcançaria o progresso e o bem-estar de todos os cidadãos, quando as crianças brasileiras recebessem educação adequada para o trabalho na lavoura. Para isso, defendeu-se a obrigatoriedade do ensino primário. Entretanto, o artigo não indicou de quem deveria ser a responsabilidade de criar escolas, se de particulares ou do próprio governo.

Os articulistas de *A Lavoura* acreditavam que nas escolas agrícolas deveriam ser lecionadas noções de engenharia rural, silvicultura, química agrícola, história natural, matemática, língua portuguesa, história do Brasil, dentre outros⁷⁶. Na sua opinião, a instrução deveria começar ainda na infância. As crianças deveriam aprender, brincando nas escolas, informações úteis sobre a agricultura. Os conhecimentos específicos não deveriam estar distribuídos em diversos tratados, com linguagem complexa

⁷² WERNECK, André P. L. Em luta pela lavoura. *A Lavoura*, Rio de Janeiro, Ano II, n.1, p.5-9, janeiro de 1898.

⁷³ Profissão Agrícola. *A Lavoura*, Rio de Janeiro, Ano II, n.7, p.24, julho de 1898.

⁷⁴ Sobre a história da institucionalização do ensino agrícola no Brasil, ver, por exemplo: OLIVER, Graciela de Souza. *O papel das Escolas Superiores de Agricultura na institucionalização das ciências agrícolas no Brasil, 1930-1950: práticas acadêmicas, currículos e formação profissional*. Tese (Doutorado em História das Ciências da Terra), Universidade Federal de Campinas: São Paulo, 2005; e HABIB, Paula Arantes Botelho Briglia. *Agricultura e Biologia na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz (ESALQ)*. Op. Cit., 2010.

⁷⁵ Instrução Agrícola nas Escolas. *A Lavoura*, Rio de Janeiro, Ano IV, n.3, p.75-76, março de 1900.

⁷⁶ ROLFS, P. H. Instrução Agrícola nas Escolas. *A Lavoura*, Rio de Janeiro, Ano XXVIII, n.1, p. 19-22, janeiro de 1924.

para as crianças, mas deveriam ser ensinados de modo indireto e prático para que, desde pequenos, pudessem aprender a amar a profissão de seus pais e a vida rural. Depois de passar pela escola primária, o jovem deveria ser encaminhado para colônias agrícolas, campos de demonstração e experiência onde teriam estudos mais acurados e se transformariam em agricultores mais bem preparados. Além disso, para o êxito da agricultura nacional, seria necessária a existência de modernas estações agrônômicas e meteorológicas, pois trariam vantagens para a análise das terras brasileiras, com a determinação das medidas que deveriam ser tomadas para corrigir o solo e a escolha dos fertilizantes mais adequados⁷⁷.

A própria revista era uma ferramenta de ensino, uma vez que boa parte de seus artigos tinha por finalidade orientar os lavradores sobre os mais diversos temas, como meios de combater as pragas e doenças dos animais de criação, como galinhas e gado, e as maneiras adequadas de utilizar o solo, e defesa do uso racional dos recursos naturais.

Assim, o grande objetivo do MAIC era, portanto, o desenvolvimento de um “agricultor progressista”, que, agindo inteligentemente, não ficava apenas de braços cruzados desejando que tudo desse certo, como o caboclo típico. Ao contrário: conhecia técnicas modernas de cultivo e sabia aplicá-las de acordo com as exigências econômicas e as necessidades locais, ou seja, seria o agricultor com noções de agricultura racional⁷⁸. Assim, através principalmente da educação agrícola, seria possível combater o atraso da lavoura nacional.

Como será visto adiante, por meio de *A Lavoura*, o MAIC defendeu que ao praticar uma “agricultura inteligente”, os lavradores aproveitariam ao máximo aquilo que a natureza oferecia e protegeriam os recursos naturais de modo que eles também pudessem ser explorados pelas gerações futuras, garantindo a sua sobrevivência. Nesse sentido, por meio da instrução do trabalhador rural, a revista também propagandeou o ideal que vinculava a promoção da aplicação da ciência no campo à conservação da natureza.

Em defesa da natureza: a busca de uma agricultura racional

O boletim oficial da Sociedade Nacional de Agricultura defendia a proteção dos recursos naturais brasileiros. Por este motivo, propagou a

⁷⁷ CAMPOS, Bernardino. Necessidades da lavoura. *A Lavoura*. Op. Cit., setembro de 1897, p.25.

⁷⁸ FILHO, Thomas Coelho. Consultas e Informações – O que é um agricultor progressista? *A Lavoura*, Rio de Janeiro, Ano XXXI, n.1, p. 47- 48, janeiro de 1927.

importância e a necessidade de uma série de medidas em benefício de seu aproveitamento econômico previdente. Ao sustentar a exploração racional da natureza, os articulistas do periódico desenvolveram uma campanha em prol da criação de leis que centralizassem o controle da exploração dos recursos naturais, como o Código Florestal, aprovado em 1934, por exemplo.

Campanha semelhante já tinha sido realizada em relação aos serviços de saúde pública. Isto porque, em fins da década de 1910, o movimento sanitarista exigiu o aumento do controle por parte do governo federal destes tipos de serviço, pois seus membros acreditavam que os estados não possuíam recursos técnicos e financeiros para pôr em prática políticas nestas áreas. Dessa maneira, a Liga Pró-Saneamento, “a expressão mais organizada do sanitarismo brasileiro”, defendeu a criação de uma agência pública em âmbito nacional que uniformizasse e coordenasse todas as ações ligadas à saúde em todo o país. De acordo com Gilberto Hochman, o movimento sanitarista foi bem sucedido na medida em que possibilitou a implementação do Serviço de Profilaxia Rural e do Departamento Nacional de Saúde Pública, em 1920, que significou o aumento das responsabilidades do governo federal em relação à saúde pública. De acordo com o autor, este êxito só foi possível porque foi criada uma “consciência sanitária entre as elites brasileiras”, ou seja, passou a existir a convicção de que o problema de saúde era nacional.⁷⁹

Consideramos que, de modo semelhante, os articulistas da revista desejavam criar uma “consciência nacional” de que era preciso conservar os recursos naturais, para que fosse possível levar a cabo políticas voltadas para este assunto. Por este motivo, escreveram inúmeros artigos em que enalteciam a natureza brasileira e propagaram que seu uso correto poderia auxiliar o Brasil a seguir rumo ao progresso. Em “A lavoura - A Sociedade Nacional de Agricultura”, artigo publicado em 1906, por exemplo, há a transcrição dos discursos proferidos na sede da Sociedade em homenagem a mais ano de aniversário de sua fundação. Numa destas exposições, Wenceslau Bello ressaltou a grandiosidade da natureza brasileira que fazia o homem parecer pequeno diante dela. De acordo com ele, as “privilegiadas condições” naturais do Brasil ajudariam o país a continuar caminhando a passos largos para conquistar um lugar de honra entre as grandes nacionalidades⁸⁰.

⁷⁹ HOCHMAN, Gilberto. *A Era do Saneamento: As bases da política de saúde pública no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

⁸⁰ BELLO, Wenceslau. A lavoura - A Sociedade Nacional de Agricultura. *A Lavoura*, Rio de Janeiro, RJ, Ano X, n.1 e 2, p. 1-30, janeiro e fevereiro de 1906.

Três anos depois, as qualidades dos recursos naturais nacionais também foram destacadas em “Meios para debelar mais facilmente as crises no Brasil”⁸¹, conferências proferidas por Augusto Bernachi também na sede da SNA⁸². No artigo, o autor assegurou que as terras brasileiras eram “ubérrimas”, as florestas muito densas e as madeiras extremamente preciosas. Os colaboradores de *A Lavoura* igualmente difundiam que o cultivo da terra, através do investimento de capitais e utilização de instrumentos agrícolas, ou seja, a partir de uma cultura moderna e racional, promoveria o bem estar da população brasileira. Isto porque a natureza brasileira era privilegiada, já que possuía as melhores condições “climáticas” do mundo para o desenvolvimento das vegetações e solo vasto e apto para todas as culturas e criações⁸³.

Nesse sentido, consideramos que a própria exaltação das “riquezas” da natureza do Brasil constituía parte da estratégia da equipe editorial para fazer com que a população se orgulhasse dos seus bens naturais e, por este motivo, se preocupasse com a sua conservação. Tratava-se de evidente uso de repertório cultural poderoso para municiar práticas e interesses estatais, pois, como sabemos, a diversidade e a riqueza da natureza brasileira eram valorizadas pela produção intelectual nacional desde o período imperial. Essa ideia, por exemplo, já era defendida por homens de Estado e ciência, como José Bonifácio de Andrade e Silva nas primeiras décadas do século XIX. Este ilustrado também acreditava que a possibilidade de construir um grande império na América residia exatamente nas potencialidades do território.⁸⁴ Além disso, o elogio da natureza foi o aspecto mais constante e marcante durante o processo de construção cultural do Brasil monárquico⁸⁵.

Os colaboradores da revista *A Lavoura*, desde o seu primeiro ano de atuação, também escreveram textos em que denunciavam a imprudência na exploração dos recursos naturais disponíveis. De acordo com o autor Ennes de Souza, em seu “Discurso-Programa”, qualquer cidadão que percorresse o interior do país, ou os habitantes da capital que resolvessem conhecer os

⁸¹ BERNACHI, Augusto. Meios para debelar mais facilmente as crises no Brasil. *A Lavoura*, Rio de Janeiro, Ano VII, n.8 e 9, p. 287-294, agosto e setembro de 1903.

⁸² Segundo o próprio artigo, Bernachi proferiu estas conferências nos dias 27 de junho, 4 e 30 de julho e 13 de agosto. Cabe destacar que nem sempre a revista trazia informações aos seus leitores sobre as conferências que nela eram transcritas.

⁸³ SOUZA, Ennes de. Discurso-Programa. *A Lavoura*, Rio de Janeiro, Ano II, n.2, p.1-8, fevereiro de 1898.

⁸⁴ Sobre José Bonifácio, ver, por exemplo: PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição*. Op. Cit., 2004.

⁸⁵ PÁDUA, José Augusto. Natureza e Sociedade no Brasil Monárquico. In: Keila Grinberg; Ricardo Salles. (Org.). *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. III, p. 313-365, 2009.

subúrbios, se sentiria triste ao observar a situação em que se encontrava a paisagem. Isto porque, a não ser em floresta, onde o homem ainda não habitava, e a cultura extensiva do café, via-se somente pouquíssimas plantações de cacau, cana e algodão; falta de água nos vales e nas montanhas; ausência de gado nas planícies, chapadas e encostas; raríssimas plantações de cereais;

queimadas constantes somando-se as medonhas derrubadas de árvores para o fabrico boçal e rudimentar do carvão, o corte intempestivo e selvagem da lenha, sem a replantação que deveria suceder as mesmas; a esse lamentável estrago seguindo-se a ruína, o deserto, o morro descalvado, casas à toa sem uma horta sequer, e mais nada.⁸⁶

A partir deste trecho, percebe-se a justaposição, vista como positiva na revista, entre campos cultivados e boa utilização da natureza. Ou melhor, vê-se uma clara crítica ao que os articulistas da revista denominavam “agricultura irracional”, que seria o cultivo da terra realizado através de métodos considerados “arcaicos”, como a queimada e a derrubada de árvores, sem a utilização de preceitos científicos ou máquinas agrícolas.

Ainda segundo Souza, por toda parte só havia a “falta de esperança, a inação, a inércia, o impaludismo e a má alimentação”, cenário bem distinto das várzeas da Europa e do resto da América. Toda esta situação seria gerada, de acordo com o autor, pelo grande número de pessoas que estavam morando na cidade à procura de emprego. Desse modo, os dois elementos de produção, a terra e o homem, caminhariam separados. Isto porque, nos campos, faltavam braços para trabalhar e o homem teria abandonado o solo, grande riqueza que fornecia bens que só poderiam ser adquiridos com o trabalho. Outra forte causa desta situação “desoladora” seria a existência do agricultor extensivo que utilizava o machado e o fogo como instrumentos agrícolas, devastando imensas áreas de floresta. Na concepção do autor,

Por toda parte onde tem ido nosso lavrador extensivo – o falso lavrador do machado e da coivara – tem ele deixado após si, o deserto, a ruína, o topor e a esterilidade; ao passo que isto sucede com aquele representante da cultura vampiro - que suga e seca a terra sem nunca restituir-lhe os elementos da vida – por

⁸⁶ SOUZA, Ennes de. Discurso-Programa. *A Lavoura*, Op. Cit., fevereiro de 1898, p.3.

toda parte onde se estabelece o verdadeiro lavrador, o que cultiva racional e intensivamente o solo, não se produz aí a ruína, mas a riqueza, pois a lavoura assim praticada faz a prosperidade do lavrador e da população a que pertence, restitui e a uberdade do solo, promove a criação do gado, provê as indústrias que são todas elas dependentes da criação e da cultura.⁸⁷

A percepção de que a natureza estava sendo devastada, por sua má utilização, também pode ser verificada em outros artigos, como em “Os gêneros alimentícios”, por exemplo. Neste texto, afirmou-se que não havia no Brasil plantações de grãos suficientes para a subsistência da população. No cenário brasileiro predominava somente a destruição provocada pela prática de uma agricultura irracional, que apenas destruía a natureza sem nada fazer por ela. De acordo com o texto, o que prevalecia no território nacional era

A seca nas alturas, proveniente da desnudação dos morros em consequência da destruição das matas; o acúmulo d'água nas baixadas, constituindo os pântanos e terrenos úmidos, em resultado da descida brusca das raízes, troncos, galhos, folhas e plantas nas serras e nas encostas; é esse o quadro que apresenta uma região sem cultura racional, sem pastagens, sem floresta e sem gado⁸⁸.

Através de uma análise de *A Lavoura*, percebe-se que a prática da “agricultura de vampiro” e a devastação dos recursos naturais eram entendidas pelos seus articulistas como resultado da falta de instrução ao trabalhador rural. Este aspecto é elucidado em artigo que trata da educação agrícola. No texto, o autor, Ennes de Souza, destacou que, nos locais onde não havia escola rural, as crianças matavam animais inofensivos que andavam próximos de suas casas, destruíam ninhos de pássaros e os adultos derrubavam árvores frequentemente, provocando prejuízos incalculáveis aos habitantes da região. Tudo isso porque não possuíam o mínimo de instrução agrícola⁸⁹.

Desse modo, ensino agrícola e proteção à natureza eram elementos que estavam interligados na concepção dos articulistas da revista. Seria através da prática de uma agricultura racional que seria possível conciliar o

⁸⁷ Idem, p. 7.

⁸⁸ Os gêneros alimentícios. *A Lavoura*, Rio de Janeiro, Ano II, n.4, abril de 1898, p.1-3.

⁸⁹ SOUZA, Ennes de. Escola Primária Rural. *A Lavoura*. Op. Cit., agosto de 1898, p.6-15.

progresso econômico com a conservação dos recursos naturais. Neste ponto, cabe frisar mais uma vez que a devastação dos recursos naturais era relacionada à utilização de técnicas produtivas consideradas primitivas e que a modificação desse panorama consistia justamente no principal projeto do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio propagandeado por *A Lavoura*.

Além da falta de instrução dos trabalhadores rurais, a revista também indicou a indústria extrativa como outro fator responsável pela degradação das florestas. De acordo com alguns textos publicados, a indústria extrativa, como a da borracha, por exemplo, era responsável pela destruição de inúmeras árvores. Por este motivo, este tipo de atividade era qualificado de “indústria destrutiva”. O homem deveria parar de procurar enriquecimento fácil através da exploração dos recursos naturais, pois o extrativismo não permitia que houvesse abundância nos lares e a felicidade dos povos⁹⁰.

Uma forte estratégia utilizada pelo periódico, para demonstrar a urgência em se transformar o modo como os brasileiros tratavam seus recursos naturais, era mostrar as consequências da sua destruição. Para os colaboradores de *A Lavoura*, o corte das árvores, além de resultar em miséria para as populações locais, também poderia alterar o clima do planeta e a quantidade de água viva nas fontes. Nesse sentido, ressaltamos no argumento utilizado pelos articulistas uma clara influência da “teoria do dessecação”, que tratava do risco das mudanças climáticas decorrentes da derrubada de bosques e matas. De acordo com a teoria, a destruição de árvores provocaria diminuição da umidade, das chuvas e, conseqüentemente, dos mananciais de água. Embora tenha nascido na Antiguidade, a teoria se estabeleceu mesmo no final do século XVII e início do XVIII, na Europa, e se difundiu rapidamente pelas suas colônias, consolidando a ideia de que a devastação das matas tinha como consequência as secas⁹¹.

Ao longo de todos os anos analisados, *A Lavoura* publicou série de artigos que tinham por objetivo defender a necessidade de conservar as florestas. Entretanto, vale lembrar que seus colaboradores também se preocupavam com a proteção dos animais. Num artigo intitulado “Proteção aos animais úteis”, por exemplo, Ennes de Souza, criticou os maus tratos em cachorros, bois e cavalos; animais, segundo ele, domáveis pela educação e pelo carinho. Ele reprovava, especialmente, o modo como os carroceiros da

⁹⁰ SOUZA, Ennes de. Discurso-Programa. *A Lavoura*, Op. Cit., fevereiro de 1898, p.8.

⁹¹ Para mais informações, ver: PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição*. Op. Cit., 2004, p. 46.

Capital da República espancavam e maltratavam os animais, diminuindo a força destes e fazendo com eles não trabalhassem bem e tivessem uma vida mais curta.

É interessante observar que, de acordo com o artigo, não seriam todos os animais que deveriam ser conservados, mas apenas aqueles que tivessem alguma utilidade ao homem. Este fato fica bem evidente quando ele afirmou que animais como o leão e o tigre deveriam ser tratados por meio do uso do fogo e do ferro para que pudessem se tornar obedientes aos homens. Além disso, o autor argumentava que o homem tinha direito de explorar os animais porque estes eram seres inferiores e, por isso, se poderia tirar proveito deles⁹². A partir deste artigo, pode-se perceber uma influência da visão antropocêntrica que defendia ser o homem o elemento mais importante do universo, de modo que todas as outras espécies tinham sido criadas para seu uso e deveriam ser subordinadas a ele. Dessa forma, o fim último da natureza seria justamente ser utilizada pelo homem, e, por isso exatamente, deveria ser protegida⁹³.

Os articulistas da revista também defendiam a conservação do solo. Por isso, escreveram diversos artigos que tinham por objetivo preservar a manutenção da sua fertilidade. Em “Agricultura Moderna”⁹⁴, por exemplo, afirmou-se que a sua proteção era a base para uma agricultura racional⁹⁵. Assim, não se deveria, quer por interesse do agricultor ou pela busca do lucro rápido, explorá-lo apenas momentaneamente e com riscos de exauri-lo. Isto porque, dessa forma, somente um indivíduo ganharia benefícios e todo o país perderia. O texto ainda indicou que o agricultor precisava restituir à terra os elementos alimentícios absorvidos pelas plantas. Além disso, cabe ressaltar que, em inúmeras ocasiões, nas partes destinadas à instrução dos lavradores, como na seção “Palestras Agrícolas”, por exemplo, ensinou-se como explorar o solo de maneira racional.

As iniciativas em prol da proteção à natureza no Brasil e no mundo também eram levadas ao conhecimento dos leitores pela revista *A Lavoura*. Seus colaboradores relatavam a criação de leis que regularam a relação entre homem e natureza e de modo a incentivar a sua promulgação no país, ou seja, buscava-se a nacionalização de iniciativas semelhantes. Exemplifica

⁹² SOUZA, Ennes. Proteção aos animais úteis. *A Lavoura*, Rio de Janeiro, Ano II, n.3, p.23-24, março de 1898.

⁹³ Sobre essa visão antropocêntrica, ver: PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição*. Op. Cit., 2004; THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudança de atitudes na Inglaterra, 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

⁹⁴ Agricultura Moderna. *A Lavoura*, Rio de Janeiro, Ano XI, n.4, p.139-142, abril de 1907.

⁹⁵ Sobre a relação entre agricultura racional e proteção dos recursos naturais, ver: PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição*. Op. Cit., 2004.

este aspecto o texto “Regulamento Florestal”⁹⁶. Trata-se da transcrição, na íntegra, do regulamento sobre o regime florestal que entraria em vigor no Rio Grande do Sul e que foi apresentado junto com uma pequena nota sem autoria. Nesta, parabenizou-se o governo deste estado, incitado a se transformar em modelo, pois buscava desenvolver uma lavoura bem sucedida a partir da policultura, da utilização de práticas agrônômicas e da tentativa de impedir que se devastassem o território através da realização da indústria do carvão e da lenha, que foi denominada de “parasitária”. Cabe salientar que, mais uma vez, a indústria extrativa foi apontada como uma das grandes responsáveis pela destruição da natureza brasileira.

Nesse mesmo sentido, também publicaram, com o título “Conservação das Matas”, uma mensagem do presidente norte-americano Theodore Roosevelt⁹⁷, ao Congresso americano, proferida no dia em que foi apresentado um relatório completo do Secretário da Agricultura daquele país sobre as florestas, montanhas e rios de determinadas áreas do país e a consequente situação agrícola dos Estados Unidos. Segundo o Roosevelt, na nota, o relatório deixava claro que as florestas da região sul do seu país deveriam ser protegidas por razões econômicas, já que as boas condições dessa área eram essenciais para a prosperidade das terras baixas por onde suas águas passavam. Por esta razão, era evidente que este local deveria ser administrado por um serviço florestal e seria fundamental a criação de uma reserva florestal na região. O texto era acompanhado por outra pequena nota, escrita pelo cientista Alberto Loefgren⁹⁸, afirmando que o Estado de São Paulo precisava seguir o exemplo norte-americano, porque brevemente se fariam sentir as consequências da “desnudação” das montanhas, como a da Serra da Mantiqueira, por exemplo, onde os carvoeiros exerciam seu ofício sem método e sem fiscalização, e em outras áreas em que os solos já

⁹⁶ Regulamento Florestal. *A Lavoura*, Rio de Janeiro, Ano IV, n.11, p. 327-329, novembro de 1900.

⁹⁷ Enquanto presidente atuou ativamente em defesa da conservação da natureza. Ver: DUARTE, Regina Horta. Pássaros e cientistas no Brasil: Em busca de proteção, 1894-1938. *Latin American Research Review*, Austin, Texas, EUA, v. 41, n. 1, p. 3-26, 2006.

⁹⁸ Loefgren foi um cientista atuante em empreendimentos que tinham por fim proteger a natureza. A partir de sua argumentação, foi criado o Serviço Florestal e Botânico no estado de São Paulo, que deveria ser responsável por garantir uma melhor exploração dos recursos naturais e o reflorestamento. Também realizou uma campanha em prol da criação de um código nacional de florestas e de parques nacionais. Além disso, incentivou a realização da comemoração do primeiro Dia da Árvore, que aconteceu em Araras, em 1902. Sobre as iniciativas de Loefgren a favor da proteção à natureza, ver: DEAN, Warren. *A ferro e fogo*. Op. Cit., 1996, p.247-250.

se encontravam desnutridos devido ao seu manejo inadequado⁹⁹.

O periódico indicou algumas direções por meio das quais seria possível resolver o problema florestal. A necessidade de instruir o trabalhador rural sobre os “mais modernos” preceitos científicos aplicáveis na agricultura, por exemplo, era compreendida pelos articulistas como um dos meios de proteger os recursos naturais. No artigo intitulado “Estações Agronômicas”¹⁰⁰, salientou-se que estas eram fundamentais para a prosperidade da nação. Isto porque elas auxiliavam os homens a realizar a exploração completa e racional da natureza, garantindo o futuro do país, e tornando-a independente da intervenção comercial de outros países. Além disso, o texto apontava os benefícios da agricultura, desde que fosse praticada de modo adequado, como pode ser visto a seguir:

a terra nunca deixa de oferecer frutos aos seus habitantes, contando que estes saibam explorá-la racionalmente e não se contente de tirar daí o mais depressa possível, o resultado imediato, sem se preocupar do futuro, nem das dificuldades que hão de encontrar nossos filhos para torná-la outra vez produtiva.¹⁰¹

Outra solução proposta pelos articulistas do periódico era a criação de parques nacionais. De acordo com o artigo “O nosso patrimônio florestal – para defendê-lo e preservá-lo faz-se mister a criação do Serviço Florestal e de parques nacionais”¹⁰², por mais que a cada dia aumentasse a urgência de proteger as matas, a devastação das florestas seguiria implacável. Além disso, o texto informava que um Serviço Florestal não resolveria eficazmente o problema do mau uso dos bens naturais porque o povo tinha uma tendência à indisciplina e a grande extensão do território coberto por inúmeras áreas de floresta dificultaria a fiscalização. Por este motivo, sustentou-se que era preciso buscar uma nova política de orientação, como, por exemplo, o estabelecimento de parques florestais. Assim, foram apresentadas informações sobre este tipo de “reserva” em diversos países do mundo, como Alemanha, Argélia e Estados Unidos. E argumentou-se que o

⁹⁹ LOEFGREN, Alberto. Conservação das Matas. *A Lavoura*, Rio de Janeiro, Ano VIII, n.4 a 7, p. 94-98, abril a julho de 1903.

¹⁰⁰ LEDENT, Fernando. Estações Agronômicas. Rio de Janeiro, *A Lavoura*, outubro de 1929, p.26-29.

¹⁰¹ Idem. p.27.

¹⁰² O nosso patrimônio florestal - para defendê-lo e preservá-lo faz-se mister a criação do Serviço Florestal e de parques nacionais. *A Lavoura*, Rio de Janeiro, Ano XXVIII, n.11, p. 408-409, novembro de 1924.

Brasil deveria seguir o exemplo destas nações porque possuía várias paragens admiráveis, de clima ameno e saudável propício para ser transformado neste tipo de estabelecimento.

A *Lavoura* também publicou textos que criticavam a lentidão do governo em tomar medidas que protegessem a natureza brasileira, como a criação de leis que regulassem o seu uso e uma fiscalização que impedisse a destruição das matas. Exemplo disso é o texto “Em defesa do patrimônio florestal brasileiro”. Trata-se da transcrição de um discurso proferido por Augusto de Lima na sede da Sociedade Nacional de Agricultura, em que ele afirmou ser a questão florestal um tema importantíssimo, a merecer grande atenção dos governantes. Contudo, o poder público ainda demonstraria certo desinteresse pelo problema. Lima relatou que as matas em Minas Gerais não eram fiscalizadas e que áreas eram destruídas sem que o Estado tomasse conhecimento. Ele afirmou que esta ausência de fiscalização também era recorrente em outros locais. O autor ressaltava que não era preciso deixar de utilizar as florestas para fins úteis, mas que isso deveria ser feito de modo que as gerações futuras também tivessem acesso a elas. Defendia, em suma, que o reflorestamento era o único “meio prático de evitar o sacrifício, tanto a mais quanto há hoje e o meio de obtermos facilmente mudas de essências florestais mais convenientes à replantação que, porventura, queiramos fazer”¹⁰³.

Tema semelhante é abordado por Americano do Brasil em “Horizontes da política florestal”¹⁰⁴. Trata-se de um discurso realizado por ele na sede da SNA¹⁰⁵, e no qual criticou a destruição gananciosa que visava apenas o lucro. Segundo ele, este tipo de atividade era um verdadeiro saque ao país. Por este motivo, defendia que ela fosse substituída pela exploração metódica, baseada na replantação, assim como praticada nos Estados Unidos, por exemplo, onde o aproveitamento das matas era conciliado com o replantio e a defesa contra o fogo e as derrubadas inúteis.

O autor apontou que, como o Brasil possuía uma imensa área florestal, era comum as pessoas acreditarem que a reserva de combustível era a maior do mundo e que, mesmo sem replantar, dentro de um século ela continuaria existindo abundantemente. No entanto, ele destacou que o país se modernizava, a população aumentava, novas indústrias cresciam e o resultado disso era a diminuição do período de existência das florestas.

¹⁰³ LIMA, Augusto. Em defesa do patrimônio florestal brasileiro. *A Lavoura*, Rio de Janeiro, Ano XXXI, n.6, p. 513, junho de 1927.

¹⁰⁴ BRASIL, Americano. Horizontes da política florestal. *A Lavoura*, Rio de Janeiro, Ano XXVIII, n.6, p. 227-230, junho de 1924.

¹⁰⁵ O discurso efetuado por Americano do Brasil foi dividido em duas partes pela redação da revista e publicado nas edições dos meses de junho e de julho de 1924.

Assim, era preciso tentar encontrar novos horizontes, sendo o mais seguro de todos o desenvolvimento de uma política florestal.

Através deste artigo, é possível perceber a presença da consciência de que os recursos naturais eram finitos. Esta ideia foi elaborada por Thomas Robert Malthus, no final do século XVIII e teve grande impacto no pensamento ecológico no século XX. De acordo com esta teoria, a natureza não era capaz de satisfazer todas as necessidades humanas, como até então se pensava. Mas, ao contrário, não conseguiria fornecer suprimentos suficientes para o homem à medida que a população do planeta aumentasse, já que esta crescia muito mais rápido do que a quantidade de recursos que a natureza poderia oferecer.¹⁰⁶

A *Lavoura* igualmente propagandeou a necessidade de elaborar leis e/ou políticas voltadas para a conservação dos recursos naturais. Este aspecto é bem ilustrado num pequeno artigo, sem autoria, intitulado “Pela conservação das florestas”. Neste texto, afirmou-se que o estado de abandono em que se encontrava o serviço florestal e a “bárbara” devastação das matas que assolava o país de norte a sul era um crime. Por este motivo, o texto clamava para que o governo tomasse alguma providência, como o estabelecimento de um serviço sistemático em prol da silvicultura, por exemplo, e que as derrubadas, em grandes áreas do interior, fossem completadas pela “plantação” de novas árvores em seu lugar. Além disso, solicitava que fosse imitado em todo o país o que já acontecia em alguns estados (criação de regulamentações florestais), graças à iniciativa particular.

Vale ressaltar que, para os membros da Sociedade Nacional de Agricultura, o comércio de madeiras não era incompatível com a conservação das matas. Isso fica evidente num artigo chamado “O Corte das Matas”¹⁰⁷. Neste texto sem autoria, foi relatado que, a pedido de Alberto Loefgren, a Sociedade criou uma comissão composta por este mesmo cientista, Vieira Souto e Hannibal Porto para tratar do desenvolvimento do comércio de madeiras brasileiras. O artigo apontou que a comissão destacava ser preciso que o governo federal, juntamente com os estados, promovesse a propaganda das madeiras brasileiras que seriam muito procuradas após o final da guerra, tendo em vista que a Europa já não possuiria este tipo de recurso em quantidade suficiente para suprir suas necessidades e que os conflitos agravavam ainda mais o problema. No

¹⁰⁶ ARNOLD, David. *La Naturaleza Como Problema Histórico: El Medio, La Cultura Y La Expansión de Europa*. México: Fundo de Cultura Económica, 2000, p.31 e 32.

¹⁰⁷ O Corte das Matas. *A Lavoura*, Rio de Janeiro, Ano XXI, n.2 a 4, p. 17-18, fevereiro a abril de 1917.

entanto, advertia que o corte de madeira em grande quantidade para formar estoques era um perigo para as matas nacionais. Por este motivo, era fundamental que o governo federal e os estados agissem simultaneamente.

A comissão sabia, de acordo com o texto, que a falta de um Código Florestal atrapalharia a ação do governo. Por este motivo, clamava para que a votação deste código, cujo projeto já estava em debate no Congresso, fosse acelerada. No entanto, seus membros acreditavam que, mesmo sem sua existência, era possível ter bons resultados nesta empreitada desde que fosse criado um serviço temporário, orientado por um regulamento provisório a partir das condições que a própria Sociedade indicava, provavelmente no relatório elaborado pela comissão e que não é apresentado na revista. E para demonstrar “a necessidade indeclinável da tutela oficial da conservação e melhoramento de nossas matas”, o texto salientava as consequências de sua destruição e os benefícios acarretados pela sua proteção, como pode ser visto a seguir:

Assim, ela (a explicação elaborada pela comissão) aprecia a benéfica influencia que as matas exercem sobre a salubridade geral das regiões, a proteção que dão contra os ventos nocivos e contra a formação das enxurradas que produzem erosões; e estragos do solo, ao mesmo tempo que geram as destruidoras inundações. As matas aumentam a quantidade das chuvas e desempenham o papel de agente repartidor das águas pluviais, regularizando o regime dos cursos de água e favorecendo a alimentação perene das fontes; ao passo que as desnudações produzem o flagelo das secas prolongadas, perturbam as condições climáticas, impossibilitam o cultivo nas zonas próximas, impedem o aproveitamento contínuo da força dinâmica que as quedas d'água representam, e, finalmente, agravam as condições climáticas do país¹⁰⁸.

Os problemas provocados pelas secas, principalmente no nordeste brasileiro, e o dinheiro gasto para atenuar os efeitos das calamidades naturais também foram lembrados no artigo para reforçar a necessidade de organizar rapidamente um serviço de fiscalização federal. Nas sugestões do regulamento provisório que defendiam, deveriam estar estabelecidas as limitações para os cortes, o cuidado com as reservas e as florestas e a

¹⁰⁸ Idem, p. 17.

obrigatoriedade do replantio de certas espécies vegetais, em parte ou em sua totalidade, nas áreas desmatadas. Desse modo, percebe-se que a Sociedade Nacional de Agricultura não só solicitava a criação do Código Florestal como também sugeria soluções intermediárias.

No editorial “Em defesa do nosso patrimônio silvícola”¹⁰⁹, de março de 1923, foi informado que o ministro da agricultura havia deliberado, enfim, em benefício do patrimônio florestal brasileiro e do aproveitamento racional no comércio das ricas matas do país: nomeou comissão de especialistas¹¹⁰, que trabalhava em reuniões na sede da Sociedade Nacional de Agricultura para estabelecer as bases da regulamentação que criaria o Código Florestal da República. O tema em pauta era a criação de leis de âmbito nacional, ou seja, defendia-se a centralização do controle da exploração dos recursos naturais.

De acordo com o texto, o código era uma necessidade inadiável já que no Brasil a rotina imperava junto ao vandalismo, os abusos de devastação, que resultavam em inúmeras áreas “desnudas”, só aumentavam, e se acreditava que, brevemente, grande parte do território nacional se transformaria em deserto. Somado a isso, a indústria extrativa da madeira crescia cada vez mais e várias áreas eram derrubadas para as roças e o preparo de carvão vegetal. Segundo o artigo, todas estas atividades provocavam uma grande “deflorestação”, cujas consequências já podiam ser sentidas, como a redução gradativa dos cursos d’água. Nesse sentido, era fundamental a criação do Código na medida em que ele estabeleceria o reflorestamento de locais destruídos, a preservação das espécies mais preciosas, a defesa das fontes e dos rios e uma exploração inteligente das riquezas florestais nacionais.

A rigor, o que estava em discussão na comissão reunida na SNA não era o Código Florestal, mas o aprimoramento do Serviço Florestal do Brasil, criado em 1921. O Serviço foi divulgado como legislação, pois ele já estabelecia medidas importantes em prol da proteção dos recursos naturais e seria considerado pelos articulistas do periódico como um grande avanço. Foi a primeira medida em âmbito nacional neste tema.

Assim como pôde ser observado, os articulistas do periódico *Lavoura*, defenderam, sobretudo a partir da década de 1920, que os recursos naturais deveriam ser considerados “patrimônio nacionais” e, por esta razão, preocupavam-se em conservá-los para as gerações futuras. Acreditavam que

¹⁰⁹ Em defesa do nosso patrimônio silvícola. *A Lavoura*, Rio de Janeiro, Ano XXVII, n.3, p. 361-362, março de 1923.

¹¹⁰ A revista não apresentou os nomes dos integrantes desta comissão, nem definiu quem poderia ser considerado um “especialista”.

eles deveriam ser protegidos porque eram importantes principalmente para o incremento econômico do país. Assim, escreveram textos que mostravam os modos pelos quais a natureza estava sendo destruída e apontavam as consequências negativas desta devastação. Além disso, tentaram convencer a população sobre a necessidade de protegê-la e clamaram aos agricultores e às autoridades públicas que tomassem medidas imediatas para impedir o avanço do desmatamento. Por este motivo, defenderam o reflorestamento, o ensino agrícola, a prática da silvicultura, a criação de hortos, reservas florestais, e de leis, como um Código Florestal, por exemplo, que centralizaria o controle da exploração dos recursos naturais. Dessa maneira, através destas propostas, seria possível a substituição de uma agricultura rudimentar, praticada pelos caboclos, os “vândalos”, “vampiros” e “parasitas”, sem instrução, por uma agricultura racional que promoveria a conservação dos recursos naturais.

Considerações finais

Em 1930, Getulio Vargas, com apoio de militares e da Aliança Liberal, composta pelas oligarquias de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e da Paraíba, depôs o presidente do Brasil Washington Luís e assumiu a chefia do Governo Provisório. Ao chegar à presidência, Vargas começou um processo de centralização política. Por isso, suspendeu a Constituição, fechou o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas estaduais e as Câmaras municipais, e passou a governar o país por meio de decretos.

Nesse contexto de transformações políticas, foram criados dois novos ministérios, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Ministério da Educação e Saúde Pública. Por causa da criação das novas pastas, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio perdeu a sua antiga Diretoria Geral de Indústria e Comércio e, através do decreto nº 19.448 de dezembro de 1930, teve seu nome alterado para Ministério da Agricultura (MA).

As mudanças na pasta da agricultura não se restringiram à alteração de sua denominação. O MA ainda passou por profundas modificações internas, como a redução do seu quadro de funcionários. Isto porque o ministério passou por uma crise orçamentária, proveniente de uma drástica diminuição de suas verbas. Desde o início do Governo Provisório houve, segundo os documentos oficiais do MA, uma redução de 11% de funcionários e de 54% de subsídio. No relatório referente aos anos de 1930 e 1931, por exemplo, é apresentado um projeto orçamentário com cortes das despesas para o ano de 1931. No entanto, esta proposta de orçamento foi

reduzida ainda mais pelo presidente da república, levando o ministro afirmar que as “verbas” da pasta ficaram “em condições precárias”¹¹¹.

Além de redução no número de pessoal e crise orçamentária, o Ministério da Agricultura também entregou aos governos estaduais os serviços de ensino e experimentação agrícola, criou novas repartições e extinguiu alguns serviços, como o *Serviço de Informações*, um dos principais braços de propaganda do ministério, que segundo os relatórios oficiais da pasta, foi transferido para o Ministério da Educação e Saúde Pública¹¹².

Nesse contexto de mudanças, a propaganda deixou de ocupar posição preponderante nas atividades no ministério. Dessa forma, houve um esvaziamento do projeto levado a cabo pela pasta que, por meio de uma rede de disseminação de informações, formada pelo *Serviço de Informações*, *Registro de lavradores, criadores e profissionais de indústrias conexas* e Sociedade Nacional de Agricultura, pretendia difundir uma “pedagogia da natureza nacional”, formando um agricultor que praticava uma agricultura moderna e explorava os recursos naturais de modo previdente.

Com este trabalho, buscamos compreender as razões pelas quais o Estado, historicamente oligárquico e conservador, visou difundir propostas que podem ser consideradas atualmente como “sustentáveis”, ou politicamente relevantes do ponto de vista dos interesses “nacionais” e mesmo humanos. Já que a agricultura era a base da economia nacional, a economia do café apresentava déficits seguidos, o carvão mineral era a principal fonte de energia para a indústria siderúrgica e o Brasil um dos principais exportadores de madeira do mundo na ocasião, o governo atuou ativamente em prol do estabelecimento de limites para o uso do mundo natural, inclusive com a posterior aprovação de instrumentos legais que vinham cumprir esse objetivo, como o Serviço e o Código Florestal de 1934, por exemplo.

Não tivemos por objetivo fazer uma genealogia do conservacionismo, mas apontar como as discussões sobre a necessidade de conservar a natureza e da criação de normas referentes à regulamentação da sua exploração têm também a sua própria história, experimentam inúmeros reveses e descontinuidades, e envolvem interesses e alianças, eles próprios

¹¹¹Brasil – Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Relatório apresentado ao Chefe do Governo Provisório por Mario Barboza Carneiro encarregado do expediente na ausência do ministro J.F. de Assis Brasil, 1930-1931, p. 50.

¹¹² Brasil – Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Relatório dos anos de 1930 a 1933, apresentado ao Chefe do Governo Provisório pelo Ministro Juarez Távora no ano de 1933, p. 5. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/agricultura>.

muito cambiantes no tempo, de diferentes grupos, como cientistas, políticos e proprietários rurais. Prova disso é, que nos dias de hoje, a polarização marca a relação entre cientistas e mundo agrário, não há consenso sobre políticas de desenvolvimento sustentável, e muita oposição enfrentou a promulgação do novo Código Florestal brasileiro em 2012. O agronegócio continua a ser o eixo estruturante da economia brasileira, mas experimenta-se brutal retrocesso em políticas protecionistas, inclusive com supressão da obrigatoriedade da realização de estudos de impacto ambiental para grandes obras de infraestrutura em regiões de expansão da fronteira agropecuária. Deve mesmo surpreender, portanto, que já houve ocasião, no Ministério da Agricultura no século XX, em que a proteção, mesmo relativa, da natureza foi considerada e os cientistas tinham participação mais ativa na formulação e implementação de políticas públicas.